

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PANDEMIA DO COVID-19: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Lisana Cordeiro da Silva (PIBIC/CNPq, Prof.^a Dr^a. Jani Alves da Silva
Moreira (Orientadora), Prof.^a Ma. Thaís Godoi de Souza (Co-orientadora)
e-mail: ra114885@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Departamento de Ciências do
Movimento Humano (DMO)/Ivaiporã, PR.

Área: Educação Subárea: Política educacional

Palavras-chave: Políticas educacionais; Coronavírus; Brasil; Educação domiciliar/*Homeschooling*.

Resumo:

O objetivo da pesquisa foi desenvolver uma análise de conjuntura da política educacional no âmbito da Educação Básica, a partir do contexto da crise pandêmica, instaurada no Brasil por meio do coronavírus (SARs-CoV-2), causador da doença respiratória Covid-19, no qual o primeiro caso registrado no Brasil foi em 28 de fevereiro de 2020. No âmbito educacional, as medidas econômicas em meio ao cenário de crise política recente no Brasil, nomeadamente após a eleição do atual governo federal, desencadearam mudanças e reformas educacionais conturbadas. A partir do isolamento social, da suspensão das aulas e do calendário letivo em escolas públicas e privadas no país, diversas alterações no financiamento educacional e na prática pedagógica ocorreram. A investigação se pautou em uma pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico e documental. Os resultados constatados demonstram uma postura, agressiva e hostil nas atuais políticas de contenção da Covid-19 no país. No tocante à educação, as ações do MEC no ano de 2020 e início de 2021 para a organização da educação básica em meio a pandemia, evidenciou-se a desorganização e inadequações diante do ensino remoto no país, no qual também acirrou-se cortes orçamentários e medidas privatizantes tramitadas no congresso nacional, como a educação domiciliar/*homeschooling*.

Introdução

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o cenário nacional de pandemia da Covid-19 no Brasil, com recorte no período de março de 2020 a julho de 2021 e as medidas políticas adotadas pelo governo federal para a contenção da crise sanitária e as influências dessas medidas no campo educacional. E como objetivos específicos 1) Identificar os pressupostos históricos de crises pandêmicas no mundo; 2) Compreender e listar a

cronologia do coronavírus (SARs-CoV-2) no Brasil e 3) Apresentar e analisar as medidas e reformas educacionais na Educação Básica a partir da crise do coronavírus no Brasil. A suspensão necessária das aulas presenciais acarretou aos sistemas de ensino públicos e privados a repensarem a forma para desenvolver formas de ensino remoto. Outra medida foi a aprovação em 01 de abril de 2020, da Medida Provisória nº 934 que flexibilizou os 200 dias letivos estabelecidos pela Lei nº 9.394/1996, no qual cada sistema de ensino pode contar a carga horária a distância como dias letivos, dentre outras formas a serem observadas.

No âmbito da educação básica, as 800 horas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio poderão ser distribuídas em um período diferente aos 200 dias letivos. Em meio ao contexto pandêmico, a impressão que se tem é um bloqueio no andamento das políticas educacionais que haviam se instalado, exigindo uma mudança brusca em todo processo político e pedagógico no país e se aplicando a improvisada educação remota em todas as etapas do ensino no país.

Nesta pesquisa consideramos que a educação possui a função social para o desenvolvimento da aprendizagem e emancipação humana dos cidadãos brasileiros, que carecem de incentivos e investimentos para o desenvolvimento humano e social. Entretanto, diante da crise pandêmica instalada, as políticas educacionais têm sido intensamente precarizadas e não dão conta do desenvolvimento e da aprendizagem, sendo cada vez mais tratada apenas para a manutenção do capital, seguindo a lógica econômica de mercado para a formação de seres alienados e prestadores de serviço. Sabendo que o Estado e os governos exercem forte influência nas diretrizes da educação e nas definições para a destinação dos recursos, é fundamental compreender a gênese do pensamento e das ideologias que motivam a criação das “novas” políticas no contexto de pandemia da Covid-19.

Materiais e métodos

Esta pesquisa, de cunho teórico bibliográfico e documental, refere-se à uma investigação crítica e contextualizada que apresenta as políticas educacionais no governo Bolsonaro em meio ao contexto de pandemia da Covid-19. As fontes selecionadas se pautaram em documentos de entidades científicas de saúde, jornais de grande circulação midiática e órgãos do governo federal, bem como, artigos e livros publicados sobre o Coronavírus. A mediação analítica foi estabelecida tendo como base as mudanças concretizadas a partir da realidade histórica, portanto, parte-se da compreensão da totalidade histórica e das múltiplas determinações que engendram o fenômeno estudado, para em seguida, compreender as mudanças efetivadas nas políticas para a Educação Básica.

Resultados e Discussão

A investigação constatou que as atuais políticas federais foram negligentes no que se refere a adoção de medidas de controle bem avaliadas para promoção do achatamento da curva epidêmica, como oferta de testes, orientação sobre o uso de máscaras, distanciamento físico, isolamento das pessoas positivadas e evitar aglomerações (COUTO; BARBIERI; MATOS, 2021).

A desconfiança da eficácia da vacinação em massa no país, associada ao obscurantismo propagado pelos representantes governamentais, seus defensores e grupo conservadores, mediante argumentos como a Terra é plana, disparo de fake News, “É só uma gripezinha” e “Vamos todos morrer um dia”, foi um método para o aumento de óbitos no Brasil. Considera-se que o papel do Estado e do governo é fundamental para ações de enfrentamento de calamidade pública, bem como de direcionamento de comportamentos dos sujeitos sociais, a fim de fomentar uma precisa coesão social (COUTO; BARBIERI; MATOS, 2021).

As ações do MEC no ano de 2020 e início de 2021 para a organização da educação básica em meio a pandemia, mostrou a desorganização, despreparo e inadequações diante da demanda do ensino remoto. Nesse período pandêmico, vimos cortes orçamentários, ataques por parte do governo, não cumprimento do Plano Nacional de Educação, não planejamento para implantação de tecnologias de apoio ao ensino remoto e divisão de opiniões em relação ao retorno às aulas presenciais. Em meio a esse cenário surgem projetos de lei voltados para a educação, um deles o PL 5594/20 assinado pelas deputadas Adriana Ventura (Novo-SP), Paula Belmonte (Cidadania-DF) e Aline Sleutjes (PSL-PR), o qual pretende considerar as atividades educacionais como essenciais. Surge também propostas privatizantes da educação pública como o PL 3.179/2012 e PL 3.262/2019 que visa regulamentar a educação domiciliar/homeschooling.

Conclusões

Por meio dessa pesquisa sobre a cronologia do coronavírus no Brasil e a influência nas políticas educacionais, foi possível constatar que houve e há uma postura, agressiva e hostil das atuais políticas de contenção da Covid-19 no país. Os discursos presidenciais afetaram o comportamento dos cidadãos durante a pandemia, eles enfatizaram a descrença na gravidade da doença, indo na contramão das medidas profiláticas e propostas pela Organização Mundial da Saúde. Pode-se apontar que as causas da crise sanitária com óbitos, colapso no sistema de saúde, falta de insumos a propagação do vírus através de novas variantes, discordâncias políticas entre governo federal e entes federados, propagação de fake News e desconfiança da ciência. É visível o método da atual gestão presidencial para não contenção da propagação do vírus, tais como: minimização da ameaça da Covid-19, promoção e orientação para o uso de medicamentos ineficazes e perigosos para o tratamento da doença e a postura contrária às medidas de restrição social e uso de máscara. Associado a isso, observa-se

pelos fatos ocorridos no Brasil durante a pandemia um ataque às instituições de ensino e pesquisa com cortes orçamentários, crítica aos mecanismos de gestão democrática das instituições educacionais, imposição de gestores interventores e desrespeito aos processos eleitorais internos das instituições (CASIMIRO, 2020). Foi possível também constatar representantes políticos que fazem a política educacional, cujas decisões terão consequências para professores, famílias e alunos. É o caso dos deputados Ricardo Barros/Progressistas, Adriana Ventura (Novo-SP), Paula Belmonte (Cidadania-DF) e Aline Sleutjes (PSL-PR), Chris Tonietto (PSL-RJ), Bia Kicis (PSL-DF) e Caroline de Toni (PSL-SC).

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq por ter me concedido a bolsa e também à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Jani Alves da Silva Moreira e a minha co-orientadora Prof.^a Ma. Thaís Godoi de Souza pela oportunidade, paciência, e ensinamentos e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI).

Referências

BRASIL. **PL 3.179/2012**. Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/534328> Acesso em 10 mar.2021.

BRASIL. **Projeto de Lei 3.262 de setembro de 2019**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual. 1940.

BRASIL. **Medida provisória nº934 de 1 de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591> . Acesso em 10 ago.2021.

CASIMIRO, F. H. C. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

COUTO, M. T.; BARBIERI, C. L. A.; MATOS, C. C. de S. A. Considerações sobre o impacto na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina. **Saúde Soc.** São Paulo, v.30, n.1, 2021. pp. 1-11.